



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011
(Do Sr. Alfredo Kaefer)

Requeiro que seja feita Audiência Pública para discutir Política de Estoque de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública em data a ser agendada, e que sejam convidados a comparecer a esta:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Wagner Gonçalves Rossi

Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB – Evangevaldo Moreira do Santos.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente requerimento para debater a Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou deficiências na gestão e no controle de grãos armazenados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O trabalho avaliou os processos de armazenamento dos estoques públicos relativos à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e de fiscalização desses ativos, os sistemas informatizados de controle de estoques utilizados pela Conab, a logística de armazenamento dos armazéns públicos e, por fim, o processo de recuperação de débitos oriundos de desvios e perdas de produtos.

Segundo a auditoria, os armazéns não atendem a requisitos básicos para estocagem de produtos e a Conab não possui um sistema nacional adequado para gerenciamento dos ativos. O TCU também detectou diferenças significativas entre o volume contabilizado pela matriz e pelas superintendências regionais do órgão.

O TCU determinou que a Conab revise os processos de armazenamento de produtos, aperfeiçoe os sistemas informatizados de controle de armazenamento e que, dentro de 90 dias, acelere o trâmite de processos internos de recuperação de débitos provenientes de perdas ou desvios de estoques.

O TCU encaminhou cópia da decisão ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao presidente da Conab, aos presidentes da Câmara dos Deputados e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural daquela casa e aos presidentes do Senado Federal e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daquela casa.

O sistema público de armazenagem de grãos do país corre sérios riscos de colapso. Uma inédita auditoria operacional feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostra uma estrutura sucateada, falta de gestão e controle sobre os ativos armazenados e diferenças "graves" nos volumes contabilizados pela matriz da estatal e suas superintendências regionais nos Estados.

O pente-fino do TCU na Conab avaliou os processos de armazenamento e fiscalização de estoques públicos, a qualidade dos sistemas informatizados de controle de estoques, a logística de armazenamento público e o processo de recuperação de débitos causados por desvios e perdas de produtos. Foi a primeira vez que o TCU fiscalizou a estatal, cujo histórico inclui um amplo loteamento político de cargos na matriz e nos Estados.

Fiscais do Ministério da Agricultura descobriram "práticas fraudulentas" em operações de pagamento de bônus pelo governo a compradores de milho. O esquema envolve o "Prêmio de Escoamento de Produto" (PEP), um programa em que o governo estabelece que os compradores agrícolas devem pagar, por leilão, um preço mínimo, acima do valor de mercado, aos produtores rurais para adquirir e transportar o milho.

Em troca de pagar mais, os compradores já recebem do governo um subsídio para compensar a diferença de preço. Os relatórios informam que esses compradores, após o leilão, exigem dos produtores, por fora, a devolução dessa diferença. Ou seja, recebem duas vezes, uma do governo e outra dos produtores. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao ministério, recebeu os relatórios sobre as fraudes entre maio e dezembro de 2010 e mesmo assim autorizou o pagamento do "prêmio", diz reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

As fraudes, segundo os fiscais, foram identificadas "por meio de declarações, documentações apresentadas e confirmações atestadas pelos produtores rurais nos laudos de avaliação". O Ministério da Agricultura confirmou que foi informado das irregularidades.

Desde o começo do ano passado até hoje, pelo menos R\$ 236 milhões foram pagos aos compradores como "prêmio" por adquirir milho pelo preço do governo. Mais cerca de R\$ 500 milhões faltam ser liberados, segundo o sistema eletrônico da Conab. Um dos objetivos do PEP é incentivar o escoamento da produção, até o destino, e garantir preço razoável aos produtores.

Importante debater para que o Governo Federal exponha a eficiência e eficácia na utilização dos mesmos e os efeitos práticos em termos de sustentação de preços e garantia de renda ao

produtor rural, demonstrando também o volume de recursos utilizados, as regiões e produtos atendidos, bem como propor um debate no sentido de aprimora os referidos instrumentos, de forma que sejam universalizado a sua utilização por todos os produtores.

É importante podermos debater e avaliar o que está ocorrendo, bem como evitar que uma crise possa vir a prejudicar principalmente o pequeno produtor rural e o agronegócio Brasileiro.

Sala das Comissões, em de abril de 2011.

Alfredo Kaefer
Deputado Federal
PSDB/PR